PROGRAMA QUINQUENAL 2025-2029

PARA DEBATE POPULAR

VENÂNCIO A. B. MONDLANE
PRESIDENTE DO POVO

20 de Março de 2025

I. INTRIDUÇÃO

Este Programa Quinquenal retoma os principais temas do manifesto eleitoral e apresenta-os na forma de medidas e políticas de governação que me propunha implementar, em que momento e de que forma. O manifesto e este programa que nele se inspira são a luz que ilumina o futuro que os moçambicanos anseiam ver o nosso país ser. A sua ambição espelha não somente a ansiedade, mas também, e principalmente, um sonho realizável fundado na crença que tenho na criatividade, determinação e energias do povo moçambicano.

Durante e após as eleições de Outubro de 2024, apesar do voto popular convincente, o regime vigente mais uma vez, através da fraude e violência armada contra os seus oponentes políticos e o povo em geral, recusou a alternância governativa. Presentemente, arrogantemente descarta qualquer diálogo verdadeiramente honesto e inclusivo fundado no interesse nacional. Pelo contrário, embarca numa tentativa de esvaziamento das propostas do manifesto vencedor, enquanto continua as acções de repressão e supressão de oponentes, aliada a um esforço sem disfarce de cooptação de parte da oposição política para um diálogo enganador, visando somente colher a simpatia da comunidade internacional. Essas manobras visam também apaziguar a sociedade, tentando fazê-la crer que desta vez os seus anseios irão ser atendidos por quem nunca os considerou e por isso não os incluiu nem no seu manifesto nem nas suas promessas durante a campanha eleitoral. Porém, não sendo parte das convicções do partido no poder essas iniciativas revelam-se um esforço falhado porque incoerente e incapaz de disfarçar a desonestidade.

Nestas circunstâncias, é importante que o movimento da salvação de Moçambique não desarme. Todas as formas e iniciativas de luta deverão ser encontradas e adoptadas para fazer valer os anseios do povo articuladas no manifesto eleitoral e cujas medidas de implementação estavam sendo esboçadas e são resumidas neste Programa Quinquenal.

Eu, Venâncio Mondlane, fiel à confiança da maioria dos moçambicanos depositada em mim durante as eleições de Outubro de 2024, permaneço aberto a um diálogo genuíno para se encontrar uma plataforma de governação inclusiva através da qual as propostas deste programa possam ser genuinamente realizadas. Enquanto o regime vigente não se disponha a que isso aconteça, convido a toda a sociedade a usarmos o presente programa como nossa agenda na base do qual iremos nos próximos dias, semanas, meses e anos, fazer o escrutínio das acções do governo imposto pela fraude e a força das armas. Doravante, este programa irá orientar as nossas iniciativas para desenvolver e usar todos os meios e formas de intervenção possíveis para garantir que o projecto de salvar Moçambique seja implementado.

Deste modo, convido a toda a sociedade para que se junte aos vários eventos que iremos organizar durante os tempos que se seguem para debater as melhores formas de concretizar, ou preparar a concretização em momento oportuno, deste programa. Os detalhes destas actividades serão oportunamente comunicados.

Venâncio A. B. Mondlane

O Presidente do povo.

II. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E ACÇÕES PRIORITÁRIAS NO PERÍODO 2025-2029

	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	ACÇÕES PRIORITÁRIAS DA GOVERNAÇÃO
1	Instauração de um verdadeiro Estado de direito democrático promotor de um desenvolvimento sustentável de Moçambique	Manter-se como alternativa governativa credível, cooperando com as demais forças políticas e organizações da sociedade civil, e estar aberto e preparado para um diálogo genuíno e inclusivo que se baseie no interesse nacional, respeite os anseios da sociedade e a vontade popular soberana expressa nas urnas.
2	Harmonia e paz entre os moçambicanos, proteger os direitos humanos, e restabelecer a lei e ordem social	Combater as desigualdades de oportunidades, a divisão entre os Moçambicanos, e acabar com o abuso de direitos humanos e a partidarização do Estado
3	Justiça, transparência na política, economia e administração pública no contexto de um Estado de direito democrático	Estabelecer novas normas constitucionais para a gestão da política, economia e demais aspectos da governação do país
4	Infraestruturas resilientes como suporte inclusivo ao desenvolvimento económico e social sustentável	Investir em infraestruturas económicas e sociais resilientes que promovam a integração e o equilíbrio de desenvolvimento das várias regiões do país
5	Capital humano e social forte como elemento essencial e expressão do progresso e bem-estar dos moçambicanos	Criar capacidade nas gerações presentes e futuras para serem altamente produtivas e capazes de gerar crescentes rendimentos e serem altamente competitivas no contexto regional e internacional
6	Moçambique posicionado no plano internacional e regional como um Estado de direito democrático, solidário, e promotor da dignidade e progresso dos povos africanos.	Desenvolver alianças estratégicas e uma diplomacia pragmática focada na promoção do interesse nacional no contexto de um mundo multipolar e explorando as sinergias do multilateralismo

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo Inicial	Prazo Revisto	Indicador de Produto / / Resultado
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO			
COMPONENTE 1. Reforma Constitucional, do Sistema Eleitoral, e do Sistema Judicial			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
Proposta de emenda do Número 2 do Artigo 136 da Constituição (Referendo)	2025_Trim I		Proposta de emenda de lei submetida à AR até 31 de Março de 2025
Proposta da Lei de Referendo	2025_Trim I		Proposta de lei de lei submetida à AR até 31 de Março de 2025
Comissão de Peritos para reforma constitucional e da lei eleitoral	2025_Trim I		Comissão criada até 31 Março de 2025
Restrições nas actividades extraparlamentares privadas dos Deputados	2025_Trim I		Proposta de lei submetida até 31 Março de 2025
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS			
Reforma Constitucional – Uma Nova CRM sufragada por referendo antes das próximas eleições autárquicas	2027_Trim II		Proposta de nova CRM submetida a Referendo até 2027_Trim III
Reforma Eleitoral – Um novo sistema eleitoral (Lei e órgãos) antes das próximas eleições autárquicas	2027_Trim II		Propostas submetidas à AR até 2027_Trim IV
Tribunal de Contas do Estado (TCE)	2027_Trim IV		Proposta e leis atinentes submetidas à AR até 2027_Trim IV
Programa de Reformas no sector da justiça e da magistratura pública	027_Trim IV		

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE G GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto / / Resultado
	Inicial	Revisto	
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO			
COMPONENTE 2. Reforma da Organização do Poder e da Administração Local			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
Lei da despartidarização do Estado a todos os níveis	2025_Trim I		Lei submetida à AR até 31 de Março de 2025
Proposta de Lei de revogação das posições de Secretários de Estado nas Províncias, e Distritos e Cidades e devolução dos poderes de governação efectiva aos órgãos eleitos	2025_Trim I		Lei submetida à AR até 31 de Março de 2025
Proposta de Lei da devolução das funções de provisão e gestão dos serviços de educação e saúde para a responsabilidade dos governos provinciais e autárquicos junto com os respectivos recursos humanos e financeiros	2025_Trim I		Lei submetida à AR até 31 de Março de 2025
Proposta de Lei de Autonomia Financeira (Preparação e Execução Orçamental) dos órgãos do sistema judicial	2025_Trim I		Lei submetida à AR até 31 de Março de 2025
Estudos e normas para a instituição de um Fundo de Assistência a Organizações da Sociedade Civil com acesso competitivo a partir do ano fiscal de 2026	2025_Trim III		Normas e Fundo operacional a partir do Trim. I de 2026
Instruções para a eliminar o papel de intermediação do “Chefe de Quarteirão” e “Chefe de Dez Famílias” nas relações administrativas entre os residentes dos bairros e as administrações dos bairros, passando os cidadãos a ter acesso directo às administrações dos bairros.	2025_Trim II		Instruções em vigor a partir do Trim. III de 2025
Reformar o recrutamento e nomeação de Administradores de Posto, Administradores de Localidade e Administradores de Bairro como quadros de administração pública e não de nomeação por confiança política	2025_Trim IV		Normas em vigor a partir do 2026_Trim I

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Revisto	Indicador de Produto / / Resultado
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO	Inicial	Revisto	
COMPONENTE 2. Reforma da Organização do Poder e da Administração Local (Cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS			
a) Preparar e fazer a pilotagem do curriculum e com base nele preparar um programa de formação básica em Administração Pública aos funcionários das administrações locais para que	2026_Trim I		Até ao fim do quinquénio todos os Administradores distritais e de localidade com formação básica em administração pública local.
b) Estabelecer uma Escola de Administração Pública em cada província para implementar programa nacional de formação de quadros de administração pública de nível distrital e local.	2026_Trim IV		
Criar uma Academia Nacional de Administração Pública (ANAP) para quadros superiores	2027_Trim IV		Até ao fim do quinquénio pelo menos 50% os quadros superiores de nível central e provincial passaram por alguma formação na ANAP

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Revisto	Indicador de Produto /
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 3. Reforma da Planificação Económica e do Sistema Fiscal			
A. MEDIDAS IMEDIATAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
Submeter à AR uma Lei de fixação de jurisdição fiscal das entidades económicas	2025_Trim III		A partir do Ano Fiscal de 2026 as empresas têm as suas sedes fiscais nas províncias onde desenvolvem as suas principais actividades.
b. Rever a legislação e regulamentos atinentes para que a comparticipação das comunidades nos benefícios dos projectos de Investimento Directo Estrangeiro na sua jurisdição passa a ser retida e desembolsada através dos orçamentos provinciais e não do Governo central.	2025_Trim I		Legislação e Regulamentos revistos em vigor a partir do 2025_Trim III
Propostas de Plano Quinquenal do Governo 2025-2029, Plano Económico e Social (PES), Orçamento Geral do Estado (OGE) 2025	2025_Trim I		PQG, PES, OGE submetidos a AR até 31 de Março de 2025
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS			
a. Reforma do sistema de planeamento e gestão da economia			
Separar as funções de planificação do desenvolvimento económico e social de longo prazo (30-40-50 anos) das funções de política fiscal, orçamentação, tesouro e contabilidade pública nacional	2025_Trim I		Criado o Ministério de Economia e Planificação separado do Ministério das Finanças
Simplificar a estrutura do Plano Economico e Social Anual do Governo a clarificar o seu alinhamento com Quadro Macro Fiscal e o Orçamento Geral do Estado	2025_Trim III		A partir do Ano Fiscal de 2026 o PES tem uma estrutura simplificada e transparente

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Revisto	Indicador de Produto /
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 3. Reforma da Planificação Económica e do Sistema Fiscal			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS (Cont.)			
b. Reforma do sistema fiscal:			
Reformular o sistema e a legislação fiscal para: a) dar mais poder de acesso e alocação de recursos aos governos provinciais para promover o desenvolvimento local; e b) fixar os critérios da porção da receita que no quadro do novo sistema fiscal os governos provinciais será retida localmente e aquela que será canalizada ao tesouro central	2025_Trim IV		Medidas de devolução fiscal em vigor Sistema fiscal A partir do ano fiscal de 2026
Adoptar normas de planificação económica e financeira do Estado para dar autonomia aos governos provinciais e os respectivos órgãos eleitos na elaboração e implementação de planos de desenvolvimento local	2025_Trim IV		Normas de planificação económica e financeira do Estado revistas e em vigor a partir de 2026_Trim I
Desenhar e implementar um novo sistema de compensação interterritorial que tenha em conta as potencialidades locais e a necessidades da redução das disparidades regionais no desenvolvimento económico e social no país	2026_Trim IV		Novo sistema de compensação interterritorial entra em vigor a partir a partir de 2027_Trim I
Realizar estudos e rever a carga fiscal sobre as empresas e os procedimentos de cobrança da receita de modo a estimular o investimento privado, criar cumprimento de obrigações fiscais, e combater desvio da receita.	2026_Trim IV		Novas taxas de impostos sobre os rendimentos e plataformas de cobrança a partir de 2027_Trim I
6. Preparar e implementar um programa de reforma institucional da Autoridade Tributária, do Tribunal Administrativo (futuramente o Tribunal de Contas), e a Inspeção Geral do Estado de modo a adequar a sua estrutura, procedimentos, capacidades humanas e tecnológicas para garantir a eficácia e eficiência do novo sistema fiscal e a probidade no uso dos recursos públicos nas províncias.	2026_Trim IV		Programa de Reforma e Desenvolvimento da ATM, TA/TC e IGE entra em vigor a partir de 2027_Trim I

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Revisto	Indicador de Produto /
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 4. Gestão Responsável e Eficiente dos Recursos do Estado			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
Instituir a obrigatoriedade de os fornecedores de bens e serviços do Estado revelarem na documentação de concurso e das adjudicações directas, os nomes pessoais dos beneficiários últimos (isto é, os verdadeiros donos unipessoais ou sócios) das empresas fornecedoras, e a publicação dos mesmos nos comunicados públicos de adjudicação	2025_Trim I		Publicação dos beneficiários directos nos anúncios das adjudicações e um portal online com lista beneficiários directos de todas as empresas concorrentes
Eliminar os cargos de Vice-Ministro e Secretários de Estado, e decretar uma moratória de 10 anos para a sua eventual reinstituição	2025_Trim I		Governo sem cargos de Vice-Ministro e Secretários de Estado
Desenhar um Plano para que até fim do quinquénio todos os Secretários Permanentes dos Ministérios tenham recebido formação na Academia Nacional de Administração Pública (a ser criada).	2025_Trim I		Todos os Secretários permanentes formados na ANAP até 2029_Trim IV
Eliminar os cargos de Secretário de Estado Provincial e respectivos gabinetes, transferindo todas as suas competências e meios para o Gabinete do Governador eleito e os serviços do Governo provincial;	2025_Trim I		OGE de 2025 sem provisões para posição e gabinete de Secretário de Estado Provincial
4. Reduzir as mordomias dos Ministros e Secretários Permanentes (carros, empregados domésticos, despesas de representação, subsídios, etc.);	2025_Trim I		Das despesas com as mordomias dos Ministros e SPs reduzidas em pelo menos 75%.
Eliminar os chamados “bónus de reinserção” e funcionários públicos quando cessam mandados ou funções, passando todos estes a ter as suas pensões como quaisquer outros funcionários do Estado	2025_Trim I		A partir de 2025 OGE não ter provisões para “bónus de reinserção”

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Revisto	Indicador de Produto /
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 4. Gestão Responsável e Eficiente dos Recursos do Estado (Cont.)			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO (Cont.)			
Eliminar senhas de presença para Deputados	2025_Trim I		A partir de 2025 OGE não tem provisões para senhas de presença para Deputados
Inventariar e extinguir Institutos e Fundos cujas funções podem, sem prejuízo da prestação de serviços ao público, serem colocados em departamentos ministeriais	2025_Trim III		A partir de 2026 OGE não tem provisões para Institutos e Fundos extintos
Introduzir uma lei-base (geral) e um regulamento de fixação dos critérios de regalias de servidores do Estado	2025_Trim III		Lei de Regalias de Servidores do Estado submetida à AR
Rever a Lei e regulamentos de protecção, assistência e privilégios de antigos Chefes de Estado, garantindo que nenhum Chefe de Estado possa alterá-los de modo que se beneficiem abusivamente no fim do seu próprio mandato	2025_Trim IV		Lei submetida à AR e Regulamento submetido ao CM
Promover uma lei ou emenda legislativa que penaliza de forma monetária, por deduções salários, sem prejuízo do processo disciplinar, os funcionários do Estado que, dolosa ou negligentemente, não observam o cumprimento dos prazos na tramitação dos assuntos dos usuários resultando em prejuízos monetários ou ao seu bem-estar	2025_Trim IV		Lei submetida à AR e Regulamento submetido ao CM
Automatizar e digitalizar os processos de procura e compra de bens serviços do Estado, de selecção dos concorrentes e a publicação das actas das decisões de adjudicação para consulta por todos os concorrentes e o publico em geral	2026_Trim IV		Plataforma online activa com acesso ao público partir de 2027_Trim I

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Revisto	Indicador de Produto /
PILAR I. REFORMA DO ESTADO E DA GOVERNAÇÃO	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 4. Gestão Responsável e Eficiente dos Recursos do Estado (Cont.)			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO (Cont.)			
Descentralizar a gestão das compras de bens e serviços do Estado para as províncias, de modo a facilitar a execução dos orçamentos locais	2026_Trim IV		Normas e procedimentos implementados a partir de 2027_Trim I
Auditoria e depuração dos bancos de dados de antigos combatentes	2025_Trim IV		Relatório de auditoria publicado
Uniformização de direitos e assistência a ex-combatentes	2025_Trim IV		Estatuto uniforme publicado
Privatizar todas as participações do Estado em empresas que não sejam de natureza estratégica e não fornecedoras de bens públicos	2026_Trim IV		Plano de privatização publicado
Eliminar as funções de directores não-executivos nas Empresas Públicas ou com participação maioritária do Estado.	2025_Trim IV		Decreto publicado
Eliminação de isenções fiscais ao investimento privado	2025_Trim IV		Legislação revista submetida à AR
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS			
Estabelecer um novo regime de incentivos ao investimento	2026_Trim IV		Novo Regime publicado
Promover uma Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	2026_Trim IV		LRF submetida à AR
Criar um Conselho Fiscal Independente (CFI).	2026_Trim IV		CFI estabelecido
Universalização da governação digital e promoção do uso da inteligência artificial para otimizar processos e melhorar a prestação de serviços	2028_Trim IV		Opção digital nos serviços públicos nas cidades e vilas até 2028

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 5. Habitação, Infra-estruturas e Serviços: Conectividade Física e Digital, Energia, e Água			
A. MEDIDAS IMEDIATAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
Assistência aos Municípios no melhoramento de infra-estruturas públicas e habitação			
Assistência técnica à Associação dos Municípios de Moçambique na preparação de um Programa de Emergência Sobre a Infraestruturas Públicas Urbanas e Periurbanas (água, electricidade, saneamento do meio, e mercados) de 3 anos 2026-2028 (PEIPUP 2026-2029) e estratégia de seu financiamento com contribuição do governo central <u>como adicional</u> ao orçamento de investimentos do fundo de compensação autárquico	2025_Trim III		PEIPUP 2026-2029 finalizado e aprovado pelo Conselho de Ministros com verba anual no OGE_2026
Assistência técnica à Associação dos Municípios de Moçambique na preparação Programa Acelerado de Atribuição de Parcelas Infra-estruturadas para Habitação nas zonas periurbanas de 3 anos (PAPHP 2026-2029) e estratégia de seu financiamento com contribuição do governo central <u>como adicional</u> ao orçamento de investimentos do fundo de compensação autárquico, com a seguinte ordem de prioridade: a) Famílias alojadas em centros de acomodação nas cidades; b) Jovens casais ou em preparação para casamento; c) Outros de jovens maiores de 25 anos ainda residindo com seus progenitores ou encarregados de educação	2025_Trim III		PAPHP 2026-2029 finalizado e aprovado pelo Conselho de Ministros com verba anual no OGE_2026
Garantir que a execução dos desembolsos do orçamento de investimentos do fundo de compensação autárquico nos três anos 2026-2028 em termos reais para nenhum município seja inferior ao nível planeado para o Ano fiscal de 2024.	2025_Trim I		Verba anual no OGE_2026 e Relatórios trimestrais de execução orçamental

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 5. Infra-estruturas e Serviços: Habitação, Conectividade Física e Digital, Energia, e Água (Cont.)			
A. MEDIDAS IMEDIATAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO (Cont.)			
Portagens			
Suspender o pagamento de portagens em todo o território nacional por todos os veículos ligeiros enquanto se estudam e se tomam as medidas correctivas da política de portagens no país	2025_Trim I		Instrução de suspensão de pagamento por veículos ligeiros aprovada pelo Governo
Rever todos os contratos de concessão de estradas e portagem, e abolir aquelas em que os concessionários não investiram nas estradas	2025_Trim III		Relatórios e instruções aprovados pelo Governo
Nova legislação e regulamentação específica sobre portagens.	2025_Trim IV		Lei e Regulamento submetidos ao Governo e à AR
Água para consumo humano			
Abolir a tributação das actividades de exploração e abastecimento de águas subterrâneas em unidades de pequena escala nas zonas residenciais periurbanas e rurais	2025_Trim I		Taxa zero no imposto sobre estas actividades com efeito imediato
Revisão da legislação e regulamentos de licenciamento das unidades de exploração e abastecimento de águas subterrâneas em unidades de pequena escala nas zonas residenciais periurbanas e rurais para garantir o cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano, a continuidade da prestação e serviços, e prevenir a especulação de tarifas	2025_Trim III		Legislação e regulamentos revistos e aprovados para vigorar a partir de 2025_Trim III
Conectividade virtual			
Garantir custo acessível de comunicações, em particular da internet, especialmente nas zonas rurais, especialmente para fins educacionais, de prestação de serviços de saúde, transmissão de informação técnica aos produtores, vigilância e alertas sobre fenómenos climáticos extremos.	2025_Trim IV		Tarifas de internet revistas, segmentos subsidiados criados, e regulação do mercado reforçada

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 5. Habitação, Infra-estruturas e Serviços: Conectividade Física e Digital, Energia, e Água (Cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS			
B.1. Desenvolvimento da conectividade física			
Assegurar o financiamento e iniciar a reabilitação e manutenção da Estrada Nacional Nr. 1 para garantir a sua transitabilidade ininterrupta na sua capacidade actual de fluxo e o suporte das grandes obras de construção de infra-estruturas de transporte de raiz nos próximos anos	2026_Trim II		Financiamento garantido e obras iniciadas em 2026_Trim II
Planear e garantir o financiamento da construção de uma Linha Férrea Norte-Sul para Comboio Eléctrico de Alta Velocidade (MozExpresso) usando a energia de HCB, futura Mpanda Nkua, e de produtores independentes em estações alimentadas a gás e outras fontes alternativas	2027_Trim IV		Projecto desenhado e financiamento garantido até 2027_Trim IV
Iniciar a construção (e finalizar em 10 anos) da Linha Férrea Norte-Sul para Comboio Eléctrico de Alta Velocidade (MozExpresso)	2028_Trim II		Obras iniciadas em 2028_Trim II
Planear e garantir o financiamento para a construção de uma rede estradas e pontes de raiz resilientes aos eventos naturais extremos, com uma estrada nacional de raiz paralela à ferrovia MOZExpresso e interligando aos principais centros populacionais e de actividades económicas através de estradas regionais e provinciais	2027_Trim IV		Projecto desenhado e financiamento garantido até 2027_Trim IV
Iniciar a construção (a finalizar em 10 anos) da rede de estradas de raiz paralela e interligada a ferrovia a MozExpresso	2028_Trim II		Obras iniciadas em 2028_Trim II

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 5. Infra-estruturas e Serviços: Conectividade Física e Digital, Energia, e Água (Cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS (Cont.)			
Planear e garantir o financiamento da modernização e expansão em 10 anos do transporte multimodal (rodoviário-ferroviário-fluvial) de passageiros interligando os grandes centros urbanos (Maputo, Matola, Beira, Dondo, Nampula, Nacala, Monapo, Quelimane, Mocuba) com cidades satélites e suas áreas residenciais periurbanas mais populosas	2026_Trim IV		Programa e financiamento garantido até 2026_Trim IV
Iniciar a construção (a finalizar em 10 anos) da modernização e expansão do transporte multimodal (rodoviário-ferroviário) de passageiros entre os grandes centros urbanos e áreas residenciais periurbanas mais populosas	2027_Trim II		Obras iniciadas em 2027_Trim II
B.2. Desenvolvimento de infra-estruturas de conectividade virtual e das tecnologias de informação			
Planear e executar em 10 anos a partir de 2027 a construção da infra-estrutura de conectividade digital em banda larga baseada em fibra óptica especialmente nas áreas rurais e periurbanas com a sua espinha dorsal implantada ao longo da infra-estrutura de conectividade física	Início em 2028_Trim II		Fibra óptica incluída nos projectos de linha férrea MozExpress, Estrada Nacional, e estradas regionais e provinciais de raiz a partir de 2028_Trim II
Investimento público e parcerias público-privado para o estabelecimento de centros de dados regionais e locais em todo o território nacional	Início em 2028_Trim II		Acompanha implantação da rede de fibra óptica

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 5. Infra-estruturas e Serviços: Conectividade Física e Digital, Energia, e Água (Cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS (Cont.)			
Água e Electricidade para consumo humano e uso na produção			
Planear e garantir os financiamentos da construção em 10 anos de uma rede de raiz de barragens e diques para a captação e armazenamento de águas fluviais e pluviométricas, controlo de cheias e abastecimento do consumo humano e produção agro-industrial	2027_Trim IV		Programa e estudos e projectos aprovado projectos em progresso
Iniciar a construção e executar em 10 anos de uma rede de raiz de barragens e diques de raiz nas principais bacias hidrográficas do país	2028_Trim II		Obras em paralelo com infra-estruturas de conectividade (MozExpress, estradas e pontes)
Preparar e iniciar a execução de um programa de 5 anos promoção da expansão da exploração de águas subterrâneas para consumo humano em unidades de pequena e média escala em particular nas zonas rurais	2027_Trim II		Programa e estratégia de financiamento aprovados
Planear, garantir o financiamento, e iniciar a execução de investimentos de expansão das instalações de armazenamento de água nas zonas urbanas e periurbanas para garantir reservas em períodos de seca ou em casos de desastres	2027_Trim II		Programa e estratégia de financiamento aprovados
Planear, garantir o financiamento, e iniciar a execução de investimentos de aceleração da expansão e de manutenção da rede de distribuição de água nas zonas urbanas e periurbanas e garantir maior acesso de utentes e diminuir as perdas e custos de distribuição.	2027_Trim II		Programa acelerado aprovado e obras de aceleração a iniciar em 2027_Trim III
Garantir o financiamento e execução da barragem hidroeléctrica de Mpanda Nkua	2027_Trim II		Obras a iniciar em 2027_Trim III
Garantir o financiamento da aceleração da expansão da rede nacional de electricidade em particular para as zonas rurais, periurbanas e regiões de potencial agrícola e industrial particular	2027_Trim II		Programa acelerado aprovado e obras de aceleração a iniciar em 2027_Trim III em ;paralelo à da conectividade física e digital

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 6. Diversificação da Economia, Valorização dos Recursos Naturais, e Fortalecimento do Empresariado Nacional			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
1. Medidas para a maximização de benefícios dos recursos naturais			
Rever e emendar a legislação de Investimento Directo Estrangeiro: eliminar isenções fiscais, maximizar a receita do Estado, e garantir rentabilidade e segurança ao investimento	2025_Trim III		Propostas de revisão da legislação submetida à AR
Rever e renegociar contratos de concessões e de Investimento Directo Estrangeiro: eliminar isenções fiscais, maximizar a receita do Estado, e garantir rentabilidade e segurança ao investimento	2025_Trim IV		Plano de revisão e renegociação aprovado pelo Governo para início em 2026_Trim I
Rever o cadastro de licenças de exploração de recursos naturais e reverter ao Estado todas aquelas em que não se revele motivo, plano ou capacidade de financiamento	2025_Trim IV		Relatório submetido e aprovado pelo Governo
Desenvolver um plano de modernização e investimento na capacidade de prospecção de recursos minerais e actualização e gestão do cadastro geológico	2026_Trim IV		Relatório submetido e aprovado pelo Governo

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 6. Diversificação da Economia, Valorização dos Recursos Naturais, e Fortalecimento do Empresariado Nacional (cont.)			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO (cont.)			
2. Integração do sector informal na economia, combate à extorsão descaminho das receitas municipais, emprego			
Criar um sistema de Registo e Licenciamento Universal Simplificado de Actividade Informal (RLUSAI) gratuito	2025_Trim III		Sistema desenhado, submetido e aprovado pelo Governo
Introduzir um regime de Taxa Única Trimestral de Actividade Informal nas zonas urbanas e periurbanas (TUA) diferenciada conforme o modo de operação (ambulante ou fixa)	2025_Trim III		Relatório de estudo e formulação desenhado e submetido e aprovado pelo Governo e AMM
Assistência Técnica Associação Nacional dos Municípios de Moçambique no desenho e apoio a todos os governos autárquicos para em 12 meses a introduzirem um sistema de pagamentos de taxas municipais com uso exclusivo de carteiras móveis ou transferências bancárias directamente para as contas dos governos municipais	2027_Trim IV		Sistema em operação em todos os ,municípios até fim de 2027_Trim IV
Rever o escopo dos vários fundos de promoção e programas de empreendedorismo e emprego e racionalizá-los encerrando ou unificando os que se revelam redundantes, priorizando a promoção de emprego juvenil	2025_Trim IV		Fundos e programas de emprego e empreendedorismo reestruturados e primeira verba no OGE 2026

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 6. Diversificação da Economia, Valorização dos Recursos Naturais, e Fortalecimento do Empresariado Nacional (cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS			
<p>Como parte do Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo (30-40-50 anos), em estrita colaboração com o sector privado, preparar programas de revitalização, modernização e expansão das cadeias de valor nos seguintes grupos de produtos, com horizontes mínimos de 5 anos cada, para implementação a partir de 2026:</p>	<p>Início em 2025_Trim III</p>		<p>Relatórios de Planos de todas as cadeias de valor aprovados pelo Governo até fim de 2027_Trim II</p>
1. Óleos alimentares e sabões			
2. Têxteis e vestuário			
3. Calçado			
4. Lacticínios			
5. Compotas e frutas enlatadas			
6. Produtos pesqueiros			
7. Materiais de construção não ferrosos			
8. Máquinas e ferramentas da indústria de construção			
9. Máquinas e implementos agrícolas			
10. Indústrias de rações			
11. Indústrias de insumos para a agricultura e pecuária			

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 6. Diversificação da Economia, Valorização dos Recursos Naturais, e Fortalecimento do Empresariado Nacional (cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS Nacional (cont.)			
Estabelecimento de redes de fomento ao desenvolvimento por entidades combinando o financiamento e a assistência técnica aos produtores individuais e pequenas e médias empresas.	2026_Trim IV		Modelo desenhado, programa de implantação, dotações orçamentais a partir do OGE2026
Definição de parâmetros mínimos de transferência de tecnologia e segmentos da cadeia de valor, bem como de formação especializada e emprego de força de trabalho nacional que os investidores estrangeiros devem incluir nos seus projectos em Moçambique	2026_Trim II		Decreto publicado ou emendas introduzidas na Lei de IDE
Delimitação de sectores de actividade reservados somente aos investidores nacionais nomeadamente (dentre outros): 1. Exploração primária de produtos florestais; 2. Extração de pedra e areia de construção; 3. Construção de estradas secundárias e terciárias; 4. Comércio rural de retalho; 5. Comercialização de produtos agrícolas do sector familiar; 5. Transporte rodoviário de passageiros.	2025_Trim IV		Decreto publicado
Desenvolver um plano de modernização e investimento na capacidade de prospecção de recursos minerais e actualização e gestão do cadastro geológico	2026_Trim IV		Relatório submetido e aprovado pelo Conselho de Ministros

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 7. Defesa do Ambiente, Adaptação às Mudanças Climáticas, Resposta a Desastres			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
Meio ambiente e segurança pública:	2025_Trim IV		
Sobre actividades acarretando riscos de incêndios ou explosões, emissoras de poluentes em/ou próximo de zonas residenciais, fontes, cursos, pontos de captação ou reservatórios de águas usadas no consumo humano ou na produção agro-pecuária:			
a) Realizar uma campanha de verificação de e ordenar o encerramento de todas aquelas cuja localização ou modo de operação viola as normas de segurança e protecção ambiental e da vida das pessoas			Relatórios mensais com balanço da situação e medidas tomadas
b) Em colaboração com Organizações da Sociedade Civil e as autoridades públicas competentes, promover direito de ressarcimento das comunidades ou famílias que tenham sido prejudicadas pela localização e operação dessas actividades, responsabilizando tanto o Governo como os Agentes privados envolvidos			Relatórios Trimestrais com balanço da situação e medidas tomadas
c) Determinar e aplicar medidas administrativas contra os funcionários do Estado que tenham sido responsáveis pela decisão de localização e operação dessas actividades, ou remeter casos às autoridades de justiça		Relatórios Trimestrais com balanço da situação e medidas tomadas	

Instituir um sistema de Certificação Ambiental de Bens e Serviços (CABS) e a emissão de um selo que indica ao público grau de cumprimento das normas ambientais específicas no processo produtivo e provisão de serviços.	2026_Trim II		Sistema instituído e publicado em decreto do governo
Instituir um sistema de classificação das praias e lugares de lazer público de acordo com o seu grau de observância das normas e procedimentos ambientais, publicar as classificações e torna-las parte da informação turística prestada aos utentes, bem como uma moldura de sanções aos lugares que não cumpram com os requisitos, (incluindo a possibilidade de encerramento ao público até que as autoridades sob jurisdição das quais esses lugares se encontram cumpram ou façam cumprir os requisitos ambientais).	2026_Trim II		Sistema instituído e publicado em decreto do governo
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS			
Constituir uma Comissão de Peritos Sobre Normas de Construção com a liderança da Ordem dos Engenheiros de Moçambique para:	2025_Trim III		Termos de Referência definidos e Comissão constituída
a) Rever as normas de construção vigentes e propor alterações para adequá-las às necessidades de resiliência de todo o tipo de estruturas físicas diante dos impactos de eventos climáticos extremos e outros tipos de desastres nas condições específicas de Moçambique;	2026_Trim IV		Relatório e Caderno de Novas Normas e Emendas a Normas de Construção existentes
b) Em colaboração com as Faculdades de Engenharia e Arquitectura das várias universidades no país, propor um currículo de reciclagem obrigatória dos engenheiros e arquitectos bem como critérios de certificação das empresas de construção e fiscalização de obras para garantir a introdução das normas propostas nas obras executadas no país.	2027_Trim IV		Currículo aprovado pelas Universidades e Programa de Implementação submetido ao Governo

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 7. Defesa do Ambiente, Adaptação às Mudanças Climáticas, Resposta a Desastres (Cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS (Cont.)			
2. Constituir uma Comissão de Planeamento Urbano para:	2025_Trim III		Termos de Referência definidos e Comissão constituída
1. Preparar um Plano de Longo Prazo de Urbanização de 30-40-50 anos	2027_Trim III		Plano elaborado e apresentado ao Governo
2. Preparar Directivas para a Correção de Assentamentos Urbanos e Peri-Urbanos consonante com Plano de Longo Prazo de Urbanização	2027_Trim IV		Plano elaboradas e apresentadas ao Governo
Em colaboração com os Associação dos Municípios de Moçambique e sob a liderança do Banco de Moçambique, desenvolver e introduzir no mercado instrumentos inovadores (como os “Títulos Clima”) para o (co-financiamento de projectos de investimento de adaptação às mudanças climáticas dos governos Municipais.	2026_Trim IV		Pacote de instrumentos elaborados e aprovado pelo Banco de Moçambique e Governo
Em colaboração com a Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Arquitectos, desenvolver uma taxonomia para a avaliação e classificação de projectos de investimento publico conforme o seu potencial impacto sobre a resiliência aos eventos climáticos extremos,	2026_Trim IV		Taxonomia elaborada e aprovada pelo Governo e Banco de Moçambique para implementar a partir de 2027

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 7. Defesa do Ambiente, Adaptação às Mudanças Climáticas, Resposta a Desastres (Cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS (Cont.)			
Medidas de adaptação do sistema financeiro às mudanças climáticas:			
a) Promover mecanismos de educação e persuasão moral tanto para os investidores como para o sistema financeiro, de modo que as suas operações sejam cada vez mais alinhadas com os objectivos de adaptação às mudanças climáticas e seus impactos no risco do sistema financeiro, em particular:	2027_Trim IV		Instrumentos orientadores elaborados e aprovados pelo Banco de moçambique
b) Em colaboração com a Associação Moçambicana dos Bancos, Banco de Moçambique desenvolver uma taxonomia para a classificação de financiamentos concedido conforme o potencial impacto dos empreendimentos visados sobre o ambiente e sobre a sua resiliência em relação aos impactos dos eventos climáticos extremos			Taxonomia elaborada, aprovada e disseminada pelo Banco de Moçambique
c) O BM emitir instruções para que, no quadro dos seus relatórios anuais, os operadores financeiros indiquem a parte do seu portfólio de financiamentos que compatível e' com os critérios definidos sobre o ambiente e a resiliência aos eventos climáticos extremos			Instruções elaboradas, aprovadas e disseminadas pelo Banco de Moçambique

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR III: CAPITAL SOCIAL	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 8. Estabilização, Reorganização, e Modernização dos Serviços de Saúde e Educação			
A. MEDIDAS IMEDIACTAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO			
Alterar a Lei que impões a Reforma Obrigatória de trabalhadores da função Pública de modo a manter no activo especialistas da saúde e educação em particular em actividades de formação de quadros e assessoria no desenho, aperfeiçoamento e gestão de sistemas.	2025_Trim II		Proposta de Lei submetida à AR e verbas inscritas no OGE
Na área da Educação:			
Pagamento em 100% de salários e outros honorários devidos aos professores em três modalidades simultaneamente: 1) 50% em transferências para contas de salários; 2) 50% em Títulos do Tesouro que os titulares possam descontar à medida que as finanças do Estado melhoram, transaccioná-los na Bolsa de Valores, ou depositá-los como garantias contra os empréstimos por eles contraídos na banca comercial	2025_Trim II		OGE 2025 aprovado com verbas para 50% de atrasados com professores e autorização para emissão de Títulos do Tesouro
Congelar as alterações dos curricula, livros e planos de estudos e concentrar esforços no melhoramento da implementação dos existentes até à conclusão dos estudos da reforma do Sistema Nacional de Educação	2025_Trim II		Instrução emitida pelo Governo
Reintroduzir o ensino técnico básico com os mesmos curricula com que foi abolido até que novos curricula sejam definidos	2026_Trim I		provisões no OGE2026
Até fim de Outubro de cada ano colocar nas escolas todos os materiais de ensino primário e secundário relativos ao ano lectivo seguinte	2025_Trim III		Relatórios mensais publicados pelo Ministério da Educação
Iniciar e terminar até Outubro de 2025 negociações e assinar um “Compacto Entre o Governo e os Trabalhadores da Educação” contendo os compromissos e medidas concretas para o melhoramento das condições de trabalho e das relações laborais no sector.	2025_Trim III		“Compacto Entre o Governo e os Trabalhadores da Educação” assinado e publicado

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR III: CAPITAL SOCIAL	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 8. Estabilização, Reorganização, e Modernização dos Serviços de Saúde e Educação (Cont.)			
A. MEDIDAS IMEDIATAS E COM IMPACTO DE CURTO PRAZO (Cont.)			
Na área da Saúde:			
Pagamento em 100% de salários e outros honorários devidos a todos os trabalhadores do sector da saúde em três modalidades simultaneamente: 1) 50% em transferências para contas de salários; 2) 50% em Títulos do Tesouro que os titulares possam descontar à medida que as finanças do Estado melhoram, transaccioná-los na Bolsa de Valores, ou depositá-los como garantias contra os empréstimos por eles contraídos junto da banca.	2025_Trim II		OGE 2025 aprovado com verbas para 50% de atrasados com professores e autorização para emissão de Títulos do Tesouro
Adquirir 50 Unidades Móveis de prestação de Serviços de Saúde e distribuídos pelas províncias com base em critérios objectivos combinando indicadores de cobertura de serviços de saúde	2026_Trim II		Verba inscrita no OGE2026 e execução até fim do 2026_Trim II
Restabelecer o fornecimento de produtos farmacêuticos e outros consumíveis básicos necessário ao funcionamento normal dos hospitais, centros e postos de saúde do sistema nacional de saúde.	2025_Trim II		Relatórios mensais do Ministério da Saúde publicados com índices de cobertura por distrito
Fazer um estudo da situação da biossegurança no serviço nacional de saúde, preparar e implementar um programa de intervenção de emergência o seu melhoramento.	2025_Trim IV		Relatório do Estudo e Plano de Intervenções apresentado e aprovado pelo Governo
Desenvolver um plano de longo prazo de melhoramento da biossegurança no serviço nacional de saúde	2026_Trim IV		Plano apresentado e aprovado pelo Governo
Negociar e assinar um “Compacto Entre o Governo e os Trabalhadores da Saúde” contendo os compromissos e medidas concretas para o melhoramento das condições de trabalho e das relações laborais no sector.	2025_Trim III		“Compacto Entre o Governo e os Trabalhadores da Saúde Educação” assinado e publicado

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR III: CAPITAL SOCIAL	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 8. Estabilização, Reorganização, e Modernização dos Serviços de Saúde e Educação (Cont.)			
B. REFORMAS ESTRUTURANTES E MEDIDAS COM IMPACTO NO MEDIO E LONGO PRAZOS (Cont.)			
Iniciativas público-privado de investimento nacional para ampliar e equipar infraestruturas da educação e saúde:			
Implantação de raiz ou por conversão ou especialização de unidades existentes, de pelo menos 20 (2 em cada província) empresas de construção de edifícios escolares do ensino primário e secundário e residências anexas para professores de padrão definido pelo Ministério da Educação	Início em 2025_Trim II		Empresas a operar a partir de 2026_Trim II e até 2028_Trim IV nenhuma turma assiste aulas em ambientes desguarnecidos
Implantação de raiz ou por conversão ou especialização de unidades existentes, de pelo menos 20 (2 em cada província) empresas para a construção de Centros e Postos de Saúde e residências anexas, a operarem a partir do segundo semestre de 2026,	Início em 2025_Trim II		Empresas a operar a partir de 2026_Trim II e até 2028_Trim IV todos Centros e Postos de Saúde em edifícios com os padrões definidos pelo Ministério da Saúde
Implantar pelo menos 10 fábricas (1 em cada província), de raiz ou por conversão de unidades industriais existentes, para a produção de mobiliário escolar, com capacidade para garantir que até fim do ano lectivo de 2028 nenhum aluno do ensino primário e secundário sentam no chão.	Início em 2025_Trim II		Fábricas a operar a partir de 2026_Trim II e nenhum aluno sentado no chão em 2028_Trim IV
Implantar 6 fábricas (2 em cada uma das regiões Sul, Centro e Norte), de raiz ou por conversão de unidades industriais existentes, para produção de mobiliário básico padrão para os centros e postos de saúde definido pelo Ministério da Saúde	Início em 2025_Trim II		Fábricas a operar a partir de 2026_Trim II e até 2028_Trim IV todos os centros e postos de saúde com mobiliário básico

Medidas para aferir e mitigar deficiências na qualidade do ensino, reduzir desigualdades, a reforma do Sistema Nacional de Educação e Medidas			
Estabelecer uma Comissão Presidencial para a Revisão de Políticas e Reforma do Sistema Nacional de Educação, para produzir uma proposta de um Novo sistema de Educação m(NSE) a ser introduzido em 2028	2025_Trim II		Termos de Referência provados pelo Governo e Comissão criada, Proposta de NSE em 2027_Trim IV
Introduzir Novo Sistema de Educação	2028_Trim I		Lei do NSE aprovada pelo Governo e proposta à AR
Estudo sobre conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes do ensino primário e secundário geral usando metodologias e padrões internacionalmente aceites e comparáveis, e usar os resultados para informar os trabalhos da Comissão Presidencial para a Revisão de Políticas e Reforma do Sistema Nacional de Educação	2026_Trim II		Relatório do estudo finalizado e publicado
Inventário de professores do ensino primário, secundário e técnico-profissional médio para aferir as suas qualificações e actuais colocações e proceder às correcções necessárias para garantir o equilíbrio na qualidade do ensino ministrado em diferentes regiões do país e no campo-cidade	2025_Trim IV		Relatório de inventário e proposta de plano de realocações apresentado ao Governo
Medidas para mitigar deficiências na formação profissional e ensino nas ciências da saúde e reforma do Sistema Nacional da Saúde			
Estabelecer uma Comissão Presidencial para a Revisão de Políticas e Reforma do Sistema Nacional de Saúde.			
Criar três Hospitais Universitários Regionais acoplados a Faculdades de Medicina de universidades públicas	2028_Trim IV		Três Hospitais Universitários Regionais criados
E implementar um programa de aceleração da formação de médicos especialistas moçambicanos dentro e fora do país	2027_Trim IV		Programa aprovado pelo Governo e dotações no OGE 2027

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR III: CAPITAL SOCIAL	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 9. Ciência e Tecnologia: Ensino, Investigação, e Extensão			
1. Regulação do ensino privado:			
a) Criar uma Comissão par estudar o panorama do ensino privado a todos os níveis e recomendar as medidas regulatórias necessárias para salvaguardar a qualidade e os interesses e direitos dos utentes e da sociedade em geral	2025_Trim II		Termos de referência definidos e Comissão criada
b) Introduzir novas medidas regulatórias do ensino privado	2026_Trim IV		Relatório e Recomendações da Comissão apresentados e aprovados pelo Governo
2. Em conjunto com o sector privado organizações dos estudantes do ensino superior, desenvolver e iniciar a implementação de um programa de médio e longo prazo de promoção da inovação e empreendedorismo tecnológico juvenil	2026_Trim IV		Programa desenvolvido, apresentado e aprovado com contribuição financeira do governo no OGE 2027
3. Engajar as instituições nacionais de investigação para elaborar uma estratégia nacional de longo prazo (20-30 anos) para o desenvolvimento das capacidades nacionais de investigação científica e inovação tecnológica com prioridades nos seguintes temas: a) Erradicação da fome e promoção da segurança alimentar e nutricional b) Prevenção e controlo de doenças humanas e melhoramentos da saúde pública c) Protecção do meio ambiente d) Paz, harmonia, segurança nacional, e desenvolvimento das instituições sociais e da governação inclusiva e) Digitalização e aplicações de inteligência artificial	2027_Trim IV		Estratégia desenvolvida, apresentada e aprovada com contribuição financeira do governo no OGE 2028

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR III: CAPITAL SOCIAL	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 10. Componente 10. Promoção do Papel da Juventude e da Mulher na Política e no Desenvolvimento Socioeconómico			
1. Proceder a uma auditoria de todos os programas de promoção de emprego e empreendedorismo juvenil e feminino com financiamento de fundos públicos e encerrá-los passando a canalizar os respectivos recursos do Estado nas formas de bancos de Desenvolvimento e Fundos de Cooperativismo	2025_Trim IV		Relatório de auditoria e procedimentos de encerramento apresentados e aprovados pelo Governo
3. Criar um banco de desenvolvimento especificamente dedicado à juventude (Banco Jovem) como parceria público privado com 51% do capital social do Estado 49% de capitais privados, somente para financiamento de iniciativas de negócios dos jovens.	2026_Trim IV		Estudos de propostas de criação do Banco Jovem apresentados ao Banco de Moçambique, dotação do estado para o capital social no OGE2027
4. Criar um Fundo de Fomento de Cooperativismo Juvenil para servir de catalisador de iniciativas cooperativistas dos jovens, a ser canalizado somente através do Banco Jovem para o financiamento de empreendimentos juvenis em forma de cooperativas.	2026_Trim IV		Decreto de Criação do Fundo aprovado pelo Governo e dotação anual no OGE 2027
5. Criar um banco de desenvolvimento especificamente dedicado à mulher (Banco Mulher) como parceria público privado com 51% do capital social do Estado 49% de capitais privados, somente para financiamento de iniciativas de negócios maioritariamente propriedade de mulheres e geridos por mulheres.	2026_Trim IV		Estudos de propostas de criação do Banco Jovem apresentados ao Banco de Moçambique, dotação do estado para o capital social no OGE2027
6. Criar um Fundo de Fomento de Cooperativismo da Mulher para servir de catalisador de iniciativas cooperativistas dos jovens, a ser canalizado somente através do Banco Mulher para o financiamento de empreendimentos de mulheres em forma de cooperativas.	2026_Trim IV		Decreto de Criação do Fundo aprovado pelo Governo e dotação anual no OGE 2027

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
	Inicial	Revisto	/ Resultado
PILAR III: CAPITAL SOCIAL			
COMPONENTE 11. Desenvolvimento da Criança, Combate à Violência baseada no Género, Protecção e Valorização do Idoso e do Deficiente, Apoio às Organizações da Sociedade Civil			
Rever as molduras penais relacionadas com os crimes de violência baseada no género e modificá-las de modo a torná-las mais eficazes no combate a este tipo de males.	2026_Trim IV		
Criar um sistema de registo e cadastragem nacional de praticantes de violência baseada no género como plataforma de acesso e uso comum pelos serviços da justiça, saúde e acção social para monitorar e gerir de maneira coordenada o combate a este tipo de crimes	2026_Trim IV		
Rever as molduras penais relacionadas com os crimes de violência e negligência contra a criança e modificá-las de modo a torná-las mais eficazes no combate a este tipo de males	2026_Trim IV		
Criar um sistema de registo e cadastragem nacional de praticantes de violência e negligência contra a criança como plataforma de acesso e uso comum pelos serviços da justiça, educação, saúde e acção social para monitorar e gerir de maneira coordenada o combate a este tipo de males	2026_Trim IV		Sistema criado, regulado por decreto e em funcionamento
Pagar em 100% todas as pensões à velhice em atraso	2026_Trim I		Dotação do OGE 2026
Rever o sistema de pensões à velhice e elevá-las para que em dois anos a partir de 2026 sejam no mínimo capazes de comprar de financiar a cesta básica para um adulto idoso sem dependentes por um período de um mês começando por todos aqueles sem estrutura familiar de suporte	2026_Trim III		Dotação do OGE 2026
Expandir a rede pública de lares de acolhimento de idosos sem estrutura familiar apoio para que até 2029 não haja nenhum idoso sem acolhimento na família ou em lar público	2026_Trim III		Recenseamento efectuado e plano de lares desenvolvido e apresentado ao governo
Criar mecanismos de monitoria e encorajamento do cumprimento das responsabilidades das famílias pela assistência e amparo dos idosos dos seus idosos e de resolução preventiva de situações conflituosas no tratamento dos idosos	2026_Trim III		Proposta de mecanismo de monitoria apresentada e aprovada pelo governo

PILARES, COMPONENTES, PROGRAMAS E MEDIDAS DE GOVERNAÇÃO	Prazo	Prazo	Indicador de Produto /
PILAR III: CAPITAL SOCIAL	Inicial	Revisto	/ Resultado
COMPONENTE 12. Promoção da Saúde Física da Sociedade, do Desporto Recreativo e Competitivo, e das Artes e Cultura			